

Resenha

**A nova era digital:
como será o futuro das pessoas, das nações e dos negócios**
(Eric Schmidt; Jared Cohen, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013, 320p.)

Natan PEDROZA¹

A atual configuração da tecnologia tem proporcionado uma verdadeira revolução. Esta, permeando todo e qualquer âmbito da vida humana, alimenta a necessidade de reflexão, pautada nas relações do homem com a tecnologia e até onde o contexto e implicações da cibercultura podem nos levar. Seguindo a proposta de pensar a vida futura, de acordo com projeções atuais, Eric Schmidt e Jared Cohen - em A Nova Era Digital – buscam traçar um panorama sobre os benefícios, malefícios ou diferenças que a inevitável conectividade do mundo irá nos ofertar, demonstrando as possíveis transformações (ou revoluções) em vários setores da sociedade e, principalmente, buscando entender os tipos de relações que o homem deverá estabelecer com as plataformas digitais em massivo desenvolvimento.

Já na introdução, os autores dizem que a internet, estando no mesmo patamar de inventos como as armas nucleares, o motor a vapor e a eletricidade, seria um experimento anárquico, do qual os homens ainda não entendem por completo. Em parte, tal explicação estaria no caráter onipresente da rede, multifacetado, intangível, mutável e, ao mesmo tempo em que beneficia, tem grande potencial para devastar. Como dizem, isso é só o começo de um conjunto de transformações sociais, culturais e políticas, em âmbito global. Eric Schmidt é cientista da computação e empresário e Jared Cohen, especialista em política externa e segurança nacional, ambos membros do Google. A obra é o resultado de debates sobre eventos contemporâneos, buscando pensar em tendências/soluções que visam o diálogo entre a interação do homem com as tecnologias ao seu redor, como esclarecem.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGC/UFPB. E-mail: natan.pedroza@gmail.com.

Os autores deixam claro que a conectividade não se trata de uma primeira revolução tecnológica, porém, baseados na relação de poder da qual teremos ao alcance das mãos, “será aquela que tornará possível a quase todos possuir, desenvolver e disseminar conteúdo em tempo real sem depender de intermediários” (p. 12). Trata-se de um comparativo com as mídias de massa tradicionais, uma mudança de poder. Segundo eles, no início do século XXI, a ascensão dos conectados à internet salta de 350 milhões para a casa dos dois bilhões e a revolução informacional passa a ter como protagonista o telefone celular. Porém, apesar da ilusão de total conectividade, tal revolução poderá criar os seus próprios abismos.

Suas projeções começam para daqui a algumas décadas, tendo por base a representação das tecnologias de comunicação para o mundo. As melhorias da capacidade de processamento dos computadores, bem como na velocidade de transmissão de dados, ajudariam na aplicação de conceitos da ficção científica em realidade, trazendo à tona (ou desenvolvendo) experiências mescladas no que é real e virtual. Por exemplo: o uso de carros sem motorista, comandos via gestos, voz ou mesmo pensamento, desenvolvimento da inteligência artificial, holografia e realidade aumentada. Ao passo de tamanho desenvolvimento, diversos segmentos precisarão se adaptar. “O futuro será moldado pelo modo como Estados, cidadãos, empresas e instituições vão lidar com as novas responsabilidades” (p. 15).

No primeiro capítulo: "Nossos eus futuros", os autores iniciam retratando o *boom* da conectividade, que de acordo com projeções, trará mais cinco bilhões de pessoas ao mundo virtual em poucos anos. Explicam que os benefícios não terão medidas iguais para todos, uma vez que os novos métodos informacionais não solucionarão problemas do mundo físico, este coexistindo com o virtual em uma relação de complementação ou colisão. Dentre alguns benefícios: aumento da eficiência, mais inovação e oportunidade e uma melhor qualidade de vida.

O aumento da eficiência é exemplificado pela adoção da telefonia móvel em larga escala e pela possibilidade de coleta e uso de informações, enquanto os dados seriam considerados ferramentas imprescindíveis. Ainda, sistemas facilitadores de tarefas diárias nos deixarão tempo livre para ser mais produtivos. No campo da inovação e oportunidade há o destaque para a revolução do trabalho e da educação. Ao passo que a internet reduz as fronteiras, aumenta as oportunidades e as possibilidades de

interação de grupos de trabalho em diferentes países. A educação será mais flexível, com uma reconfiguração do conceito de sala de aula e dos métodos de ensino e aprendizagem devido às possibilidades de novas ferramentas digitais.

No que tange uma melhor qualidade de vida, benefício que como outros será desfrutado inicialmente pelos mais ricos, explanam os autores, os aparatos passíveis à personalização física e de conteúdo, “vão oferecer entretenimento, descontração, enriquecimento cultural e intelectual, relaxamento e oportunidade de compartilhar as coisas com os outros” (p. 31). Porém as áreas de maior destaque serão os avanços na saúde e medicina, com a utilização de *chips*, tecnologia ingerível (pílulas inteligentes), robôs em cirurgias, redução de custos no sequenciamento de DNA e monitoramento da saúde e outras informações vitais via *smartphones*. Enfim, a qualidade de vida seria permeada por “uma série de serviços digitais diferentes e intercambiáveis” (p. 37), ainda que tragam soluções imperfeitas.

Ao tratar do futuro da identidade, da cidadania e da reportagem (capítulo dois), Schmidt e Cohen já dizem de início que na próxima década a população virtual deve ultrapassar a população da Terra, ou seja, as pessoas terão múltiplas representações online, gerando uma exponencial quantidade de dados, difíceis de ser controlados e que podem acarretar em problemas de privacidade e segurança. A revolução dos dados ressaltaria a importância da identidade e reputação de cada indivíduo, pois em um mundo inteiramente conectado, a inserção de dados no ciberespaço já começaria desde o nascimento, passando por todo e qualquer acontecimento da vida. Não se trata apenas de dados pessoais, mas de qualquer tipo e, uma vez dispostos na “nuvem” há a impossibilidade de serem apagados, podendo ser acessados por qualquer indivíduo, empresa ou governo.

Os autores dizem que em campo virtual, a identidade ou a falta dela (anonimato) estará no centro das discussões. Será recorrente falar desde uma gama de mercados ilícitos ao surgimento de plataformas de ativismo digital, como o WikiLeaks. Esta, tendo Julian Assange como cofundador, refletiria a busca por transparência nas ações dos Estados, por parte de uma sociedade da informação no livre exercício da cidadania. Quanto à reportagem, há o destaque para a sua crise, em meio ao impacto nos meios de comunicação tradicionais gerados pelas múltiplas fontes de informação – rápidas, difusas e muitas vezes de procedência questionável.

“Conforme caírem as barreiras linguísticas e se erguerem torres de distribuição de sinal de celular, não haverá fim para o número de novas vozes, fontes em potencial, repórteres e fotógrafos amadores dispostos a contribuir” (p. 57). Essa faceta caracteriza o público global e os meios de comunicação devem estar atentos ao tratamento, validação de fontes e ética, com mudanças significativas ao fazer jornalístico, complementam. Para uma democracia aberta, uma autocracia repressora e um Estado falido, temas como privacidade, segurança e proteção do usuário estarão cada vez mais em voga na busca por estratégias de adaptação, assim como para a própria população e a indústria. “O equilíbrio de poder entre os cidadãos e seus governos vai depender de quantos equipamentos de vigilância estes possam comprar, manter e operar” (p. 84) e assim como protegeriam armas de destruição em massa, os Estados devem fazer o mesmo com os dados de seus cidadãos.

O capítulo três trata do futuro dos Estados, em seus modos de operação, negociação e combate em meio à conectividade global, já antecipam os autores. Apesar de a internet ser descrita como um espaço descentralizado e “sem lei”, os Estados poderiam ter um relativo controle sobre a mecânica da rede em seus territórios. “O poder dos cidadãos vem do acesso à informação, enquanto o dos Estados deriva da posição privilegiada de guardiões dos portões” (p. 92). A forma como cada governo reagirá à dinâmica da conexão poderá fazer com que haja uma “fragmentação da internet”, de acordo com especialistas e também, a criação de alianças entre países e corporações, em um “multilateralismo virtual”.

Baseando-se em modelos atuais, os autores identificam: a filtragem ostensiva (rígida censura chinesa), a discreta (Turquia) e a aceitável em termos políticos e culturais (Coreia do Sul, Alemanha e Malásia). Ao passo que alguns Estados poderão manter redes de colaboração em campo virtual, o futuro digital será moldado por embates que envolvem direitos autorais, propriedade intelectual, criação de Estados virtuais e guerras cibernéticas imersas em requintados ciberataques (como a referida Guerra dos Códigos), problemáticas estas envoltas no agravante do anonimato e que não sendo únicas, podem acarretar em novos conflitos e revoluções físicas.

Em “O futuro da revolução” há o direcionamento para o possível surgimento de movimentos sociais a partir das novas tecnologias de comunicação e suas possibilidades de expressão, não excluindo a importância dos movimentos nas ruas. “Com tantas

peças conectadas em tantos lugares, o futuro abrigará a sociedade civil mais ativa, franca e globalizada que o mundo já conheceu” (p. 129). Tendo por exemplo os movimentos da Primavera Árabe, os autores trazem à tona a importância dos celulares e das demais tecnologias da comunicação, imprescindíveis para “organizar, mobilizar e engajar a comunidade internacional” (p. 130).

A partir do mundo virtual, esclarecem, será possível protestar continuamente contra a repressão e falta de transparência, por exemplo, fazendo com que a pluralidade de vozes ascenda o ativismo digital em um ambiente carente de líderes representativos, com uma maior exigência para a eficácia dos possíveis resultados e fazendo com que os Estados busquem novas alternativas de contenção em meio aos protestos. Os autores falam da existência de um possível ruído digital, traduzido por falhas na interpretação e consequentes formas de retaliação em determinados movimentos – por parte das autoridades e demais indivíduos – e que nenhum governo está imune.

O capítulo cinco é marcado pela projeção do futuro do terrorismo. A tecnologia expande objetivos construtivos, bem como sustenta atividades destrutivas, como a atuação de grupos terroristas e extremistas, porém trazendo a tona um alto grau de vulnerabilidade com pouca margem para erros, explicam. O terrorismo global será afetado por fatores como o ciberterrorismo, direcionado aos “atentados com motivações política e ideológica a informações, dados de usuários ou sistemas de computadores visando a resultados violentos” (p. 161).

Ciberataques só terão sustento nos grupos que detiverem habilidades técnicas necessárias para operar linhas de código e toda a sua demanda, por exemplo. Os autores acreditam que, como medida de contraterrorismo, será fundamental o engajamento tecnológico de populações/comunidades em risco, transparecendo questões como “oportunidade econômica, entretenimento, liberdade de informação, maior transparência e responsabilidade” (p. 187).

É chegada a hora de tratar do futuro do conflito, do combate e da intervenção. Os autores apontam para a maior visibilidade de conflitos atuais, devido à propagação sem precedentes de informações. Segundo eles, com a instauração do conflito na era digital, os Estados potencializarão formas de discriminação e perseguição contra determinados grupos, a exemplo do isolamento eletrônico (vácuo digital). Porém, essa não seria uma prática exclusiva do governo, mas daqueles com capacidade técnica

(grupos e indivíduos), complementam. Vale lembrar que “todos os esforços do Estado para evitar a disseminação de uma tecnologia em demanda fracassam” (p. 201).

O “conflito hiperconectado” também será marcado por guerras de *marketing* entre grupos de coalisão, ataques cibernéticos, sabedoria das multidões virtuais, permanência de dados como provas, guerras automatizadas (desenvolvimento de robôs e *drones* específicos) e, por outro lado, a constante preocupação pela cibersegurança de equipamentos e sistemas. Trata-se de um cenário próprio da ficção, mas saindo desse campo, “até que a inteligência artificial possa imitar a capacidade do cérebro humano, não veremos sistemas não tripulados substituindo por completo soldados humanos, seja presencialmente, seja nas tomadas de decisão” (p. 220). Dentre as possíveis intervenções: “terão o objetivo de reconectar a internet ou ajudar uma área tomada por rebeldes a montar uma rede independente e segura” (p. 222).

Após um conflito, a tecnologia será fundamental ao restabelecimento da ordem, uma vez aliada aos esforços políticos, econômicos e de segurança em um front virtual, enfatizam. Em “O futuro da reconstrução”, último capítulo, os autores direcionam tal importância no uso das tecnologias de comunicação e redes de telecomunicações rápidas. Inicialmente seria essencial a restauração das comunicações e essa questão tem por um dos exemplos o terremoto do Haiti, em 2004. Em seguida, há o destaque para o possível surgimento do oportunismo e exploração, principalmente no cenário virtual da reconstrução, como a proliferação de ONGs, muitas sem capacidade operacional ou mesmo se tratando de apenas oportunistas.

“Com as plataformas certas e um governo disposto a adotar a transparência, as pessoas conseguirão monitorar o progresso, denunciar casos de corrupção, dar sugestões e participar das conversas entre governo, ONGs e agentes estrangeiros” (p. 250), com destaque ao celular. O otimismo dos autores, como deixam claro, volta-se mais para o futuro da reconstrução. “Aplicações inteligentes da tecnologia de comunicações e conectividade generalizada vão acelerar a reconstrução, informar e capacitar as pessoas e ajudar a forjar uma sociedade melhor, mais forte e mais resiliente” (p. 259).

Schmidt e Cohen chegam à conclusão de que os dispositivos portáteis, principalmente, trarão mudanças significativas aos nossos processos de vida. Mudanças não só pessoais, mas essencialmente participativas. Medidas restritivas ao uso da internet serão cada vez mais infundadas, pois “a informação, como a água, sempre

encontra um caminho próprio” (p. 262). O poder e a autonomia estarão cada vez mais nas mãos das pessoas, acreditam.

O livro “A Nova Era Digital” traz o ponto de vista de dois autores participantes dos processos da tecnologia atual, uma vez inseridos no gigante de buscas Google. Ao apresentar a dualidade do campo virtual, Schmidt e Cohen baseiam-se no contexto atual da sociedade conectada para projetar suas implicações e desdobramentos no futuro, trazendo questionamentos a todo o momento sobre o que pode acontecer de bom ou ruim no contexto da ampla conectividade. Não se trata efetivamente de profecias, mas de referências atuais amplificadas nos processos da internet futura.

Mais do que visões tecnológicas, políticas, mercadológicas e por muitas vezes técnicas, o contexto geral pode ser delimitado como puramente comunicacional, tendo em vista toda a gama de processos interacionais que só a conectividade é capaz de ressaltar. Como já adiantam hoje, “esqueça toda aquela conversa das máquinas assumindo o comando. O que acontecerá no futuro é responsabilidade nossa” (p. 19).